

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº 9 - 08 de novembro de 2006

veja as
edições
anteriores

Textos opinativos podem sugerir pautas sobre transição de governos e educação inclusiva

Nas duas últimas semanas de outubro, ainda no período eleitoral, o tema da educação continuou recebendo espaço menor do que aquele observado em outros meses. Tampouco houve um tema que predominasse a cobertura educacional.

Destacamos a cobertura do paulista *O Estado de S. Paulo* sobre a decisão de um juiz que permitiu a uma escola particular recusar a matrícula de uma criança com síndrome de down. A notícia ganhou repercussão nacional em outros veículos impressos e eletrônicos. O texto, acertadamente, ressaltou o caráter discriminatório da decisão, com base nas opiniões emitidas por diferentes atores: a mãe que fez denúncia, o representante do Fórum Permanente de Educação Inclusiva e a procuradora do Ministério Público Federal.

Artigos: espaço para parlamentares e secretários

Nesse período, chama a atenção que a maioria dos artigos sobre a educação básica publicados tenha sido assinada por parlamentares ou secretários de governo. Com essa observação, não questionamos a legitimidade ou a pertinência desses atores manifestarem suas opiniões. Entretanto, é importante que os veículos de comunicação também abram espaço a pessoas que não integrantes do poder público e que podem contribuir com o debate educacional, como professores, pais, alunos, pesquisadores, representantes da sociedade civil organizada e de movimentos sociais.

O Zero Hora é o único cujo texto opinativo publicado aborda um tema que já vinha ocupando as páginas do jornal: a eleição para diretores das escolas gaúchas. O artigo "Educação para a democracia", de 18 de outubro, é assinado por Sofia Cavedon, vereadora de Porto Alegre pelo Partido dos Trabalhadores. Ela destaca que "a gestão democrática traduz a concepção de educação como direito e responsabilidade de todos, como bem público que não pode, nem deve, ser privatizado. Nem mesmo pelos interesses e saberes dos próprios professores".

No dia seguinte, o capixaba *A Gazeta* publica texto de Rômulo Augusto Penina sobre formação profissional que, apesar de assiná-lo como secretário de Estado de Articulação com os Municípios, parece adotar uma postura que o afasta da responsabilidade de um gestor público. De maneira abstrata, defende que "é imprescindível que os setores envolvidos, público e privado, avancem em propostas e práticas da educação permanente". Nesse caso seria oportuna a elaboração de uma reportagem que informasse quais as iniciativas do autor, como gestor público, para atingir as metas anunciadas no texto.

Já Arnaldo Niskier, secretário estadual de educação do Rio de Janeiro, aproveita o espaço dado pela *Folha de S. Paulo* em 31 de outubro para criticar "as longas fases

de transição” entre governos e o fato de a nova administração operar com o “Orçamento aprovado no exercício anterior, elaborado naturalmente de acordo com os planos e promessas daqueles que concluem os seus mandatos”.

Esse é outro tema importante para reportagens nos primeiros meses dos novos governos, cujo foco poderia ser as dificuldades criadas pelo fato de as gestões públicas produzirem políticas de governo e não de Estado. No caso da educação, onde resultados de políticas só podem ser percebidos a médio e longo prazos, tanto a ausência de avaliações precisas que possibilitem correção de rumos dos projetos, quanto sua descontinuidade têm sido empecilhos para a garantia da qualidade da educação.

Por fim, destacamos o artigo do deputado federal Leonardo Mattos Deputado (PV), relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, no *Estado de Minas*, de 22 de outubro, que critica a decisão judicial que deu direito a uma escola particular de São Paulo a recusar matrícula de uma criança com síndrome de Down. Segundo ele, o fato abriria “um precedente às escolas particulares de recusarem o ingresso de crianças com deficiência”. Da mesma forma, o tema do artigo deveria inspirar reportagens sobre a inclusão de crianças com deficiência nas escolas não especializadas. O enfoque poderia ser a atuação das redes públicas e privadas na educação especial.

além da pauta

A polêmica decisão do juiz que considerou legal a possibilidade de uma escola particular recusar a matrícula de uma criança com deficiência reforçou a abordagem da educação inclusiva na mídia.

Seria importante que as matérias sobre o tema analisassem a presença marcante das instituições particulares especializadas na educação especial, respondendo por 40,1% das matrículas. Na educação básica como um todo, a iniciativa privada corresponde a 13% da oferta.

Os dados do Censo Escolar 2005 também indicam que as matrículas de alunos com deficiência concentram-se no ensino fundamental. Nota-se a reduzida presença no ensino médio e, por outro lado, a maior presença de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos, se comparada com o total de matrículas do país. As matrículas da EJA/ensino fundamental correspondem a 0,7% do total, enquanto, se considerados apenas as matrículas da educação especial, ela representa 7,8%.

